

A reforma agrária e o desafio da nova agenda democrática

O Fórum Mundial da Reforma Agrária pode ser interpretado como um passo histórico decisivo no sentido de inscrever esta reivindicação na agenda democrática em formação na nova cena internacional.

Juárez Guimaraes¹ - Agencia Carta Maior

6 de diciembre de 2004

Um passo inicial para se analisar o sentido histórico deste fórum inédito que começou os seus trabalhos neste dia 5 em Valencia, Espanha, é identificar as forças políticas e sociais que o animam. Na mesa de abertura do Fórum, estavam representantes de dois governos, o do Brasil e o da Espanha, respectivamente Miguel Rossetto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, e Francisco Amarillo, do Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação. Um governo formado na luta contra o neoliberalismo no Brasil e outro eleito como expressão forte de um posicionamento contra o envolvimento do governo espanhol na ofensiva militarista de Bush no Iraque. O primeiro expositor que tomou a palavra foi Rafael Alegria, de Honduras, representando a Via Camponesa, uma das mais representativas frentes de movimentos sociais agrários hoje no mundo. O Fórum tem como esteio organizativo o Centro de Estudios Rurales y Agricultura Internacional (Ceraí), ONG espanhola que subsidia e apóia as lutas por um mundo rural de desenvolvimento sustentável, justo e democrático participativo.

O Fórum Mundial da Reforma Agrária é isto: a convergência de 55 ONGs, 54 organizações camponesas e 33 instituições acadêmicas de pesquisa de todo o mundo. Ao todo, mais de 600 delegados, vindos de 70 países e representando mais de 140 entidades. No centro, o desafio de repor a reforma agrária na agenda democrática internacional.

Uma perspectiva central do encontro é a noção de soberania alimentar, isto é, a defesa do princípio de que aos diferentes povos do mundo deve ser assegurado o direito de produzir, em seu próprio país, os alimentos de que necessitam. Esta perspectiva pode e deve ser vista, de fato, como complementar à campanha mundial contra a fome e pela paz que foi recém-lançada pelos governos do Brasil, França, Espanha e Chile e que teve, já na origem, o apoio de dezenas de chefes de governo de todo o mundo. A reforma agrária seria o elo entre estes dois anseios, o de enfrentar a fome que afeta cerca de 800 milhões de habitantes do planeta e o de superar a crise agrária que se abate sobre as populações dos países da periferia ou semiperiferia do mundo. De fato, segundo a FAO, cerca de 70 % daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza no mundo constituem populações rurais.

Trata-se, como bem expressou o Ministro Miguel Rossetto na abertura do Fórum, de um período de transição, no qual a agenda neoliberal dominante no período anterior ainda exerce a sua presença através das grandes corporações, dos organismos multilaterais e dos tratados de comércio em negociação. Resistir a eles e ir formando

¹ Cobertura jornalística realizada com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil . Juárez Guimaraes é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

uma nova agenda mundial, expressiva dos anseios de mudança, parece ser o grande desafio do momento. O Fórum Mundial pela Reforma Agrária é uma peça histórica desta época de transições.

Não deixa de ser importante notar que o que se passa hoje no Brasil tem uma grande centralidade neste esforço de criação de uma nova agenda democrática internacional. Não apenas porque o MST é um dos principais movimentos de massa hoje no mundo a lutar pela reforma agrária, como também pelo fato de que há enorme expectativa sobre os rumos da reforma agrária no governo Lula. Mais de 40 % dos delegados presentes ao Fórum vêm da América Latina. E é a inserção da luta pela reforma agrária na nova conjuntura política da América Latina que devemos consultar para compreender mais profundamente os desafios históricos que estão pela frente.

As épocas da reforma agrária

O retorno da luta pela reforma agrária com mais visibilidade na América Latina faz parte de uma nova conjuntura política do continente marcada pelas vitórias eleitorais sucessivas de forças críticas ao neoliberalismo na Venezuela, Argentina, Brasil, Chile e, agora, no Uruguai. Todos os governos destes países estão submetidos ao desafio de transitar para um outro paradigma de Estado alternativo ao neoliberal, dominante no continente no período anterior. A luta pela reforma agrária é parte constitutiva deste esforço e afeta diretamente 127 milhões de pessoas que vivem no campo.

Podemos para melhor entender os desafios atuais demarcar quatro períodos na história recente da América Latina. O auge do desenvolvimento da luta pela reforma agrária no continente sul-americano ocorreu no período que vai de 1950-1970, com processos parciais e em geral inconclusos na Guatemala (1952 - 1954), Bolívia (1952 - 1970), Venezuela (1959 -1970), Colômbia (1961 - 1968; 1968 - 1972), Chile (1962 - 1967; 1967 - 1970; 1970 - 1973), Peru (1963 - 1969; 1969 - 1976), Equador (1964 - 1969) e República Dominicana (1963 - 1969), como lembra o professor Francisco de Oliveira Batista.

A instalação de uma seqüência de regimes ditatoriais no continente aplastou este processo muito parcial de reformas iniciadas no pós-guerra. Diferentemente dos países como Japão e do Sudeste Asiático, que conseguiram desenvolver dinâmicas nacionais de desenvolvimento menos concentradoras de renda e mais sustentáveis, não se realizaram reformas agrárias expressivas no continente sul-americano.

Um terceiro período foi marcado pela coincidência dos processos de redemocratização com o predomínio avassalador das agendas neoliberais. Mesmo no caso brasileiro, as promessas de reforma agrária foram rapidamente deixadas para trás. Em vários países, como na Argentina, o que se viu foi um agravamento das crises agrárias, com empobrecimento, concentração e migração de populações.

A nova conjuntura histórica da América Latina combina agora o ambiente democrático com governos cujas dinâmicas instauram-se na crítica, conflito ou em contradição com o paradigma neoliberal. Certamente não conseguirão atender às expectativas dos povos que os elegeram se não conseguirem superar o paradigma neoliberal, seus dogmas, suas instituições, suas agendas e compromissos internacionais. É através da linguagem da democracia que a reforma agrária está agora convocada ao desafio de transformar-se em agenda central de governos cuja sobrevivência está claramente ligada à sua capacidade de promover mudanças.

O desafio democrático da reforma agrária

Nos períodos mais ativos do pós-guerra, podemos identificar três linguagens da reforma agrária na América Latina: à esquerda, a linguagem revolucionária, elaborada sob o impacto histórico das revoluções chinesa e cubana; ao centro, a linguagem do nacional-desenvolvimentismo, que concebia a reforma agrária como alavanca e condição para um processo equilibrado de industrialização e desenvolvimento; à direita, a linguagem liberal que propugnava por reformas agrárias parciais como resposta de contenção e defensiva às pressões sociais que enfrentavam. Agora, no novo período que atravessamos, é a linguagem da democracia que se apresenta como desafio para os que defendem uma nova centralidade para a reforma agrária.

Esta linguagem democrática deve compor três dimensões solidárias. Em primeiro lugar, a dimensão dos direitos para populações que se apresentam sem terra, sem trabalho, sem proteção social, isto é, como cidadãos dotados de deveres perante o Estado, mas assimetricamente destituídos de direitos. Em segundo lugar, coloca-se o desafio de vincular as reformas fundiárias a políticas públicas agrárias, capazes de integrar a democratização do acesso a terra em novos paradigmas de desenvolvimento econômico e social. Por fim, ao contrário do período do pós-guerra, o desafio nacional das reformas agrárias aparece mais nitidamente entrelaçado às agendas da luta por uma nova ordem internacional. Isto é, demandam uma expressão democrática também no plano dos direitos dos povos diante da ordem mundial.

Há que se considerar os tempos históricos muito diversos da reforma agrária para os diferentes povos do mundo, a memória do que poderia ter sido e a imaginação de um outro futuro possível. Mas a democracia, com seus fundamentos de soberania, não é o lugar por excelência do exercício criativo e auto-regenerador da dignidade ofendida dos povos?